

## **NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS EM PROCESSOS DE DETRANSIÇÃO DE GÊNERO: o caso Catty Lares<sup>1</sup>**

### **AUTOBIOGRAPHICAL NARRATIVES IN GENDER DETRANSITION PROCESSES: the Catty Lares case**

Pedro Henrique Andrade<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho busca compreender processos de destransição de gênero a partir de um caso específico. Valendo-se de bibliografia ancorada nos estudos de gênero e nos debates sobre narrativas autobiográficas, intenta-se encontrar um locus produtivo para debater processos como esse na cultura contemporânea, marcada por uma iminente necessidade de falar de e sobre si e na busca por verdades absolutas e irrefutáveis. Sugere-se que, no caso específico, há um tensionamento religioso bastante evidente, apregoador por uma relação antitética que: ao mesmo tempo em que permite que o sujeito analisado se apresente e se refira a si como um homem que destransicionou possibilita que tenhamos indícios para refletir sobre um rompimento de um pacto autobiográfico - informando de alguém que não existe mais a partir de algum momento. Um cenário que pede passagem para ser analisado a partir das contribuições agregadoras entre as experiências midiáticas, os processos comunicativos e os efeitos da cultura.

**Palavras-Chave:** Deleteriose de gênero. Autobiografia. Catty Lares

**Abstract:** This paper seeks to understand gender detransition processes through a specific case: that of Carlos Emanuel. Drawing on literature rooted in gender studies and discussions autobiographical narratives, the aim is to identify a productive locus for addressing such processes in contemporary society, characterized by an urgent need to speak of and about oneself and a quest for absolute and irrefutable truths. It is proposed that, in this particular case, there exists a significant religious tension, advocated by an antithetical culture, which, by permitting Carlos Emanuel to present and refer to himself as a man who has detransitioned, allows for the identification of indications that prompt reflection on the rupture of an autobiographical pact—specifically, the narrative of someone who no longer exists beyond a certain point. This scenario calls for an analytical approach that integrates media experiences, communicative processes, and the effects of culture.

**Keywords:** Gender deleteriose. Autobiography. Catty Lares

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cultura. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

<sup>2</sup> Pedro Henrique Andrade. Doutorando na Escola Superior de Propaganda e Marketing. pedroandradejornalismo@gmail.com.

## 1. Introdução e contexto

Em junho de 2023 a influenciadora digital Catty Lares publicou um vídeo<sup>3</sup> no seu *Instagram* relatando sobre o início de seu processo de *destransição de gênero*. Conta-nos a produtora de conteúdo: "*Hoje eu sou uma ex-mulher trans, comecei a transição aos 16, comecei a tomar hormônios com 17 e coloquei as próteses de silicone com 18*". Se adiantando ao turbilhão de comentários recebidos via publicação, a influenciadora afirma ainda no vídeo que a decisão partiu dela própria e que não tinha relação com sua família, ou com a recente imersão na religião evangélica de bases neopentecostais; em suas palavras: "*o que me fez desistir de mim mesmo foi o meu encontro com Jesus Cristo e com ele estou aprendendo a renunciar o meu eu, a negar a si mesmo*".

Dois meses antes, em abril, um comunicado formal a seus seguidores foi feito: "*Deus falou comigo no dia 14 de fevereiro [...] nessa noite, Deus me tocou e Deus abriu minha mente, e naquele momento eu parei e pensei: o que eu to fazendo da minha vida? Eu não quero isso pra minha vida*"<sup>4</sup>.

Na sequência dos meses a influenciadora pediu para que a partir de então fosse chamada pelo nome recebido no nascimento (Carlos Emanuel) e seguiu compartilhando em seus perfis etapas de seu processo de destransição de gênero: seu corte de cabelo, a remoção de seu silicone e da micropigmentação de sua sobrancelha, o seu batismo, a sua ida aos cultos, entre outros vídeos com teor doutrinário.

Ao realizar incursões sobre os estudos dos gêneros e das sexualidades tentaremos informar neste texto sobre processos de identidade e diferença - em um jogo de agenciamentos complexo e mesmo antitético: que evita assumir as construções de gênero como dispostas e fixas, mas que furta-se também de uma “resolutividade” pretensamente alcançada nos processos de transição. Isso nos indicaria sempre visualizar o gênero em trânsito, o que efetivamente nos permite olhar para as circunstâncias que nos interessam mais sem amarras, sejam elas moralistas ou militantes. Importa-nos neste trabalho investigar a superfície, o conteúdo comunicativo, as dimensões culturais possíveis do que consideramos narrativa de si.

<sup>3</sup> Vídeo pode ser acessado em: <<https://vm.tiktok.com/ZMkFEKsBo/>> acesso em 13 de dez 2024

<sup>4</sup> Video pode ser acessado em: <<https://vm.tiktok.com/ZMkFER2UB/>> acesso em 13 de dez 2024



FIG 1: Carlos Emanuel (ex-Catty Lares) expõe aos seguidores que iniciará um processo de destransição

A relação pretendida aqui é a busca por investigar o caso específico de *exposição de destransição* de gênero de Carlos Emanuel (ex-Catty Lares). Em termos metodológicos, para nossas pretensões utilizaremos *perambulações, acompanhamentos e imersões* nos perfis do produtor, sempre considerando as assimetrias destes espaços: da navegação personalizada à efemeride dos conteúdos (Leitão; Gomes, 2018). Cabe-nos estar atentos, no entanto, a uma coisa em específico: a narrativa de si em Carlos Emanuel e em como ela se atravessa ou se adere a processos comunicativos contemporâneos apregoados em uma cultura de/da visibilidade e da emergência efusiva de um *narrar a si*.

Para refletir sobre a temática, invocamos também os escritos sobre ficcionalidade - bastante usuais na literatura, e nas audiovisualidades - para buscar entender que a *verdade primeira* nesses casos pode também estar vinculada a uma cultura contemporânea apregoada a *fazeres, sentires e saberes* que, alinhados a epistemologias e produções de conhecimento libertárias, ainda assim, buscam totalidades difíceis de serem apreendidas.

## 2. Precisamos estudar processos de destransição de gênero?

A relação do Brasil com pessoas trans é marcada por uma tensão dicotômica, a qual consideraríamos ser atravessada por violência prática e desejo tácito. Como contexto, o Brasil é, já há alguns anos, o país que mais mata pessoas trans no mundo<sup>5</sup> e também o que mais consome pornografia transsexual no planeta<sup>6</sup>, um dado que nos ajuda a entender e refletir sobre as nuances de uma relação que se atravessa a tensionamentos e tessituras do público-privado, das fronteiras do que consideraríamos íntimo e que estão indissociavelmente imersas nas interfaces entre os processos comunicativos e as dimensões culturais.

Uma pesquisa da Faculdade de Medicina de Botucatu, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) realizada em 2021 indicava que 2% da população brasileira adulta era formada por pessoas trans; em termos absolutos, isso indicava pouco mais de três milhões de pessoas. O estudo realizado em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) foi publicado na *Nature Scientific Reports*<sup>7</sup> e sugeria que o número era parecido com o de países como Estados Unidos e Inglaterra, mas que diferente dos países do norte, a falta de estatísticas formais em órgãos governamentais era um problema para a solidificação dos dados. Foi em 2023 que, pela primeira vez, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluiu a identidade de gênero como possibilidade em uma de suas coletas.<sup>8</sup>

Não são novos os estudos sobre transição de gênero e suas correlações possíveis com os estudos das sexualidades dissidentes, processos normativos de opressão sexual, hetero e cisgeneridade compulsória, entre uma vasta gama de pesquisas que buscam jogar luz, contextualizar e investigar os processos pelos quais pessoas que decidem transicionar estão envoltas, como por exemplo no acesso à saúde, garantia de direitos básicos como nome social e mesmo nas vivências cotidianas envoltas a *passabilidade* e legibilidade de seus corpos. No entanto, seja em contexto sociocultural, político, econômico, histórico ou comunicacional, as pesquisas não deixam de situar o gênero como constructo, produção discursiva, performático

<sup>5</sup> Dados da ANTRA, podem ser acessados em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/> acesso em 11 dez 2024

<sup>6</sup> Dados do Portal Catarinas

<<https://catarinas.info/columnas/brasil-invicto-como-campeao-no-consumo-de-pornografia-trans-no-mundo-e-de-assassinatos/>> acesso em 11 dez de 2024

<sup>7</sup> Texto pode ser lido na íntegra em: <<https://www.nature.com/articles/s41598-021-81411-4>> acesso em 10 dez 2024

<sup>8</sup> Dados podem ser acessados em:

<<https://adiadorim.org/noticias/2023/10/ibge-coleta-dados-sobre-identidade-de-genero-pela-primeira-vez-em-pequisa/>> acesso em 10 de dez 2024

por natureza - e é a partir desse seu caráter introjetado, reinscrito tantas e tantas vezes que tomamos como naturalizadas as postulações binárias entre o *masculino* e *feminino*.

Nos apropriamos da teoria *queer* fortemente inspirada por linhas Foucaultianas de pensamento - em especial em sua fase ética (Butler, 2018; Preciado, 2011; Rubin, 2016) para refletir sobre o temário: enquanto historicamente considera-se *coerente* um sujeito que assume a identidade de gênero (ou o papel) destinado ao seu sexo biológico, e por consequência aquele que deseja e se orienta sexualmente pelo que se consideraria *oposto* (em uma exemplificação da heteronormatividade e cisgeneridade) seriam considerados ilegítimos sujeitos homossexuais, transsexuais e todos aqueles que transgridem a normatividade, sendo interpretados socialmente como abjetos, desviantes, indignos.

Não é preciso ir longe para saber que os discursos sobre as sexualidades estão sempre em foco quando a intenção é instaurar ideários de pânico moral ou conflitos societários. Assume-se que embora mudem-se os contextos e circunstâncias, as expressões retóricas e as formas discursivas permanecem parecidas, produzindo o que Rubin (1975) interpreta enquanto *axiomas fundamentais*, como por exemplo a ideia de essencialismo sexual que reside na impossibilidade de visualizar a sexualidade como produto societal, histórico; aqui em especial se tratando de contextos ocidentais marcados por um tensionamento cristão bastante forte, associando o sexo ao punitivo.

Preciado (2002) vai nos mostrar que o corpo é uma escritura - há códigos que tornam-se naturais, outros, porque rechaçados são tensionados a expulsão, excluídos da sociedade, para o autor: “a heterossexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve re-inscrever-se ou re-instituir-se através de operações constantes de repetição e de re-citação dos códigos socialmente investidos como naturais” (Preciado, 2002<sup>9</sup>, p. 23).

Nos valemos dos ideais de *interpelação* a partir da obra de Althusser (1971) para encontrar um encaixe analítico para pensarmos nestas concepções apresentadas a partir de Butler e Preciado. Para o filósofo a ideologia recrutaria os *indivíduos concretos* e os transformaria em *sujeitos concretos* - de forma bastante simplificada - o que permitiria-nos entender que a interpelação está fincada em um contínuo acontecer; somos sempre recrutados

<sup>9</sup> Na época da escrita do texto, Preciado ainda se identificava como uma mulher, Beatriz. Opta-se no entanto, por chamá-lo no masculino considerando sua identificação como homens trans desde 2015

por e pela ideologia. Alguns sujeitos a percebem, conseguem notá-la - o autor usa o exemplo do pensamento científico para demonstrar tal equação - outros, não.

Talvez possamos usar a ideia de interpelação para pensar nas disposições do sexo e do gênero em nossas vivências cotidianas. Somos todos sujeitos da ideologia, mas nem todos estariam tensionados a admitir isso - mesmo porque os corpos seriam interpelados de maneiras distintas - o que nos leva a sugerir que nem todos passam por interpelações violentas. Seria mais fácil para sujeitos dissidentes perceberem a interpelação? Recorremos a Didier Eribon, aproximado ao debate sobre lutas de classe na França para refletir que processos de interpelação social acontecem a partir de uma *descoberta de situação sociológica*: "como não saber o que somos quando vemos como são os outros e a que ponto são diferentes do que somos?" (Eribon, 2020, p. 75)

Butler nos informa, inspirada justamente na leitura Althusseriana, que o filósofo não considera a gama de *desobediências* que a lei interpelatória pode produzir; para Butler o sujeito pode não só rechaçar como: "rompê-la, forçá-la a uma rearticulação que ponha em causa a força monoteísta de sua própria operação unilateral" (Butler, 2019, p. 210) - ao invés da uniformidade do sujeito (dócil às experiências hegemônicas produzidas pelas interpelações contínuas da sociedade) pode-se produzir a recusa da lei, ou sua rearticulação: políticas de corpo que transgridem a norma, subversão sexual, afastamento do que consideraria-se *coerente*. Experiências de transição de gênero nos indicariam para este caminho o qual não queríamos entender aprioristicamente enquanto resistência, mas que se consagram conceitualmente desta forma.

Se falar de transição de gênero tem-se tornado temática mais habitual na academia, percebe-se no entanto, que quando falamos sobre *destransição de gênero*, as pesquisas mostram-se ainda bastante esparsas e irrisórias na área das Ciências Sociais Aplicadas, estando mais fortemente vinculada aos estudos e as interfaces entre psiquiatria e psicanálise. Cabe aqui algumas considerações introdutórias: por que efetivamente estudar processos de *destransição*? Seriam essas investigações justificáveis científicamente - em especial considerando que a taxa de pessoas que escolhe ou opta por *destransicionar* mostra-se irrisória quando comparada aos que decidem passar pela transição? Não estariam as pesquisas com este tipo de objeto corroborando com a forma e o tratamento dado à temática pelos conglomerados de mídia hegemônica ao propiciar uma ideia de *pânico moral* que

desequilíbrio e aprisiona sujeitos e sujeitas que já têm suas existências marcadas por processos de deslegitimização? São inúmeras as perguntas, parecem-nos escassas as respostas.

Cabe-nos, no entanto, sugerir que os objetos não estão prontos - somos nós, cientistas, que devemos construí-los (Bachelard, 2005). Só quando encontramos nossos objetos, é quando efetivamente também encontramos os sujeitos. Objetos, contextos e situacionalidades contemporâneas nos pedem construções teóricas e conceituais que estejam equiparadas em complexidade e dimensionalidade. Fugir das verdades primeiras e construir um panorama em que uma ciência responsável não está em um mundo à parte - como o positivismo e a ciência funcionalista continuam sugerindo - talvez seja um caminho para elaborar investigações mais atentas, refletindo que a significação científica se encontra no poder que ela efetivamente confere as realidades práticas, sujeitos e contextos investigados. (Japiassu, 1988).

Em trabalhos como os de Hildebrand-Chupp (2020) há uma constatação de que as pesquisas sobre destransição estão filiadas, geralmente, a dois tipos específicos de abordagem: a primeira, a qual o autor entende enquanto *apoio* aos processos de destransição, busca incluir os sujeitos e sujeitas que optam por essa experiência, acolhendo-os clínica e psiquicamente, focalizando nas perspectivas idiossincráticas dos casos em questão. Na segunda abordagem, o qual o autor chama de *preventiva*, tenta-se pensar em mecanismos para evitar os processos, criando fatores generalizáveis - aos moldes da ciência positivista - para uma prevenção de que essas tentativas não ocorram (Hildebrand-Chupp, 2020)<sup>10</sup>. Evitamos aqui assumir posturas dicotômicas que envolvem compreender estas análises a partir de uma consideração facilitada de investidas favoráveis ou contrárias a um determinado tipo de decisão, o que não nos fura de apregoar que estes fazeres estão invariavelmente vinculados a um tensionamento político - como toda ciência.

Em Políticas do Sexo, Gayle Rubin (1975) nos ajuda a pensar que a ideia de *ameaça homossexual* paira a realidade prática de corpos dissidentes desde muito tempo; historicizando as práticas nos Estados Unidos, a pensadora nos ajuda a refletir sobre como os ideários de salvação estão encrustados nas preocupações dos cidadãos e sujeitos e nas legislações, ao passo que mesmo com conquistas e direitos pretendamente "garantidos" a

<sup>10</sup> O autor cita que há uma necessidade urgente de pesquisas sociológicas qualitativas se atentem a temática, em especial porque, novamente: embora não se possa deixar de considerar os avanços da categoria, as pesquisas estão ainda apregoadas de forma conjuntural a um fazer cartesiano e, bem sabemos, com intenções generalizantes e mesmo reducionistas, em uma tentativa falha de categorizar, estabelecer parâmetros; pouco produtivos do ponto de vista o qual pretendemos aqui.

população LGBTQIAP+ ainda segue sendo hostilizada e recriminada em instâncias formais e políticas. Sendo a sexualidade nas sociedades ocidentais estruturada “em um quadro social extremamente punitivo, e submetida a controles formais e informais bastante reais” (Rubin, 1975, p. 80) - o sexo se desvela como uma força perigosa, com tensionamento sempre negativo - o que nos levaria a refletir *como e porque* as pessoas tendem a “sair os eixos” no que tange e diz respeito aos movimentos de conquista de direitos oriundos de um debate sobre a sexualidade, a liberdade dos corpos, as conquistas e marcos nas políticas de identidade, o que consequentemente também nos leva a pensar como estes medos irreais estariam sempre vinculados em alguma medida a religião, aparelho ideológico do Estado nas concepções Althusserianas. Para Rubin essas particularidades nos mostram porque uma teoria radical do sexo precisa identificar, explicar e denunciar a opressão e injustiça sexual.

Na experiência de Carlos Emanuel o tensionamento religioso é muito evidente, afinal, ele relata, em seus vídeos que recebeu um *chamado* de Deus e que isso envolvia se desapegar de “coisas terrenas”. Não é nova a vinculação religiosa no debate sobre as sexualidades bem como nos aponta Rubin, talvez essas iniciativas as quais investigamos aqui possam ser consideradas atualizações das discussões sobre *cura gay* ou dos processos de reversão sexual, por exemplo, que apresentam ciclos de adesão e abandono no campo das ciências sociais aplicadas.

Contudo, cabe dizer que a forma de articulá-las em realidades contemporâneas é bastante sugestiva porque está imersa em um discurso amparado por lógicas encampadas por jogos de poder que não mais os legislativos, os da política institucional, os das religiões hegemônicas - acontecem para além das fronteiras das já citadas experiências algoritmizadas, interessadas em atenção, formidáveis espaços para a simplificação do que precisa ser debatido com seriedade; transposição facilitada de discussões de um terreno pantanoso para algo trivial. Mesmo com essas considerações, reafirmamos que para o caráter analítico do trabalho nos importa o debate envolto nas narrativas de si: o que podemos aproveitar a partir disso para um debate sobre os gêneros? Quais novidades nos são apresentadas? Como pensar autobiografia em relação aos processos de transição e, principalmente, de destransição de gênero? Deixamos os debates sobre a materialidade dos meios para outras investigações, mesmo considerando que elas modulam e modificam o objeto analisado, sendo portanto, parte dele também.

### 3. Nos limites do espaço autobiográfico

Usar suportes midiáticos para falar sobre si pode nos remeter a uma experiência bastante contemporânea, afinal, a miríade de conteúdo consumido via plataformas de rede social que exaltam um privilégio do *eu* a partir das narrativas pessoais e da exposição de si pode nos inferir a pensar assim. São vastos os estudos e investigações que despontaram sobre a temática nos últimos anos e se há pesquisas de teor denuncista e crítico, preocupadas com o narcisismo exacerbado e mesmo patologizando estas novas experiências, evidente que haja também perspectivas mais otimistas, que entendem a sociabilidade nesses espaços como formas atualizadas de subjetivação, a partir de interfaces mais participativas e convergentes.

Nem integrados, nem apocalípticos; cabe-nos neste trabalho, entender a complexidade fundante deste debate e sugerir que as pesquisas devem estar atentas aos usos e práticas sem emitir juízos de valor: percebendo os excessos, notando as lógicas de produção, hegemonia e poder, não se eximindo de aplicar tensionamentos da ordem econômica e material, mas entendendo ser um espaço de constante disputas, confluências e confrontações.

Dizemos isso porque narrar a si nem sempre teve como intuito expor-se; em experiências cristãs, por exemplo, a confissão, sacramento doutrinário que permite aos fiéis *pagarem por seus pecados* a partir do testemunho a um sacerdote, é sempre realizado em espaços privados, geralmente em estandes fechados, entre o sujeito que confessa - e narra a si - e o padre, que concede o perdão. Também podemos usar como exemplo a proposta de Sigmund Freud para intervenções terapêuticas a partir do discurso: é no *setting* analítico onde há pressuposição de condições básicas para as intervenções psicanalíticas, sendo uma delas, a transferência entre analista (pela escuta) e analisante (pelo narrar a si), em um espaço também privado. Em ambos os casos, com distinções e peculiaridades, a narrativa de si importa significativamente. No entanto, resguardá-la, mais que necessário, parece-nos essencial.

Queremos dizer aqui, portanto, sem construir uma genealogia do tema, que a visibilidade do *narrar a si* é que nos parece propriamente uma novidade. Quando decidimos criar um perfil em uma plataforma de rede social, colocar nosso nome, escolher uma foto que nos represente e delinear informações básicas sobre nós mesmos são funções meramente triviais das quais não podemos fugir. O convite para narrar a si também chega implícita ou explicitamente: *No que você está pensando? Compartilhe o que você gosta com pessoas que*

*te entendem. Faça seu dia!* são alguns dos *slogans* das principais plataformas de rede social no Brasil; há sempre uma potencialidade no falar de si - e saber sobre o outro.

Fato é que a visibilidade, definitivamente um marcador contemporâneo, tem tornado-se imperativa - ao passo que quem não se visibiliza, pode simplesmente *não existir*; afinal, ao compreender que debates envolvendo a visibilidade se transmutam quando relacionados aos aparatos comunicacionais disponíveis nas diferentes épocas, entendemos que é o *valor de exibição* quem dita o consumo a partir da resposta a uma visibilidade midiatizada e suas exigências contemporâneas (Sibilia, 2016; Rodriguez, 2018). Não à toa vemos emergir novas funções laborais despontando deste terreno: influenciadores, criadores e produtores de conteúdo (Karhawi, 2020) - todos, em alguma medida, apropriando-se do *narrar a si* - caso dos perfis de Carlos Emanuel que nos mostram com bastante evidência esta tônica: hoje o produtor de conteúdo professa sua fé e relata sobre suas vivências em seus perfis que já foram dedicados a postagem de vídeos de humor. São 4.4 milhões de seguidores no *Tik Tok* e 1.7 milhão no *Instagram*<sup>11</sup>.

Mas falar de si importa *para quem*? Por que as histórias sobre si precisam ser contadas e, mais: por que merecem ser conhecidas? Talvez para refletir sobre o assunto, ainda que de forma moderada e irrisória quando comparada a sua historicidade, precisamos voltar à própria emergência de um sujeito *autor*, distinto, portanto. Etimologicamente derivado do latim *auctor*, a palavra significaria "fundador, mestre, líder" ou por extensão: "o que faz crescer" - o que nos ajuda a sugerir sua importância. Barthes vai nos ajudar a sustentar de forma mais interessante esta vinculação inescapável entre autor e modernidade. Nos diz o francês:

O autor é uma personagem moderna, produzida sem dúvida pela nossa sociedade, na medida em que, ao terminar a Idade Média, com o empirismo inglês, o racionalismo francês e a fé pessoal da Reforma, ela descobriu o prestígio pessoal do indivíduo, ou como se diz mais nobremente, da pessoa humana. É pois lógico que, em matéria de literatura, tenha sido o positivismo, resumo e desfecho da ideologia capitalista, a conceder a maior importância à «pessoa» do autor (BARTHES, 2004, p. 58)

Ainda nos anos 1960, para Foucault a noção de autor "constitui[u] o momento forte da individualização na histórias das ideias, dos conhecimentos, literaturas, na história da filosofia também" (Foucault, 2008, p. 33). Barthes e Foucault pareciam interessados em debater os ideários relacionados a autoria por dois motivos: pela percepção acurada conferida

<sup>11</sup> Dados obtidos pela última vez em 14 de dez 2024

ao seu espraiamento ou por notarem perdas em avanços teóricos com a proeminência conferida às ideias de autor em detrimento de um olhar ao texto - aqui, relembramos: há um desafio e um investimento conceitual em maximizar as condições sobre as quais os autores falavam, estabelecendo considerações formais que desaguem em expressões distintas e variadas da autoralidade a partir de um forte tensionamento *de e com* as práticas de consumo contemporâneas - por isso, consideramos junto a Barthes (2004) que as dinâmicas sociais fabricam uma função autoral em termos práticos mas também mercadológicos. Não convém-nos aqui sugerir se seriam *autores* todos aqueles que narram a si em seus perfis, senão considerar que as marcas que estruturam suas proeminências são parecidas das que marcaram a autoralidade aos sujeitos modernos, ainda que sob particularidades distintas.

Com isso tudo torna-se difícil sugerir que de fato o autor *morreu*, o que vale é devolver ao texto<sup>12</sup> o *status* de figura proeminente. Para Barthes, quando posto no mundo, há no texto, um grau de dispersão e disseminação da qual já não existe mais controle. Diz-nos, Barthes: "nossa objetivo é chegar a conceber, a imaginar, a viver o plural do texto, a abertura da significância" (Barthes, 2001, p. 304-305), o pensamento Barthesiano, que exprime a importância de deixar um texto em aberto, permite que ele não seja interditado por *quem* escreveu. Barthes parecia, embora desejando outra coisa, inferir e prognosticar a realidade contemporânea em rede, altamente personalizada, maquinica, quase etérea - onde todos parecemos ser interpelados pelas mesmas coisas, de forma diferentes.

Os nomes dos autores nas capas dos livros, a assinatura do pintor no quadro, a busca incessante por saber quem compôs a letra de uma música, o compartilhamento de um perfil específico de uma personalidade digital: são marcadores sugestivos destes fatores e que emergem em um contexto de uma *realização de um projeto de modernidade*. Foucault indica-nos de antemão que pouco estaria preocupado, no entanto, com análise histórico-sociológica do personagem *autor*, preferindo debruçar sobre a maneira como o texto aponta para a figura da autoria ao entender, ou ao menos sugerir, que a linguagem e a escrita deveriam ser mais importantes do que quem dá nome ao livro ou a obra; o texto deveria chegar primeiro do que as representações, que os imaginários constituídos.

Por isso, supomos, os franceses estariam bastante impressionados com a forma como as subjetividades e as sociabilidades se conflagram em termos hodiernos, afinal, vê-se de

<sup>12</sup> Temos consciência que Barthes dizia respeito ao texto escrito, mas aqui, novamente, aumentamos nosso entendimento para todo texto cultural.

forma mais significativa a proeminência da autoralidade como marca proeminente do tempo-espacó aqui vivido. Talvez seja aqui o território crucial para analisarmos os reflexos de um potencial autobiográfico formal e refletir sobre ele, porque afinal, se importa o autor, importa também sua vida, o roteiro de sua existência, a escrita e o relato sobre suas vivências. Klinger (2007) chama de *retorno do autor* este tipo de literatura que emerge entre os finais dos anos de 1960 na França e perpassa até os dias contemporâneos com distinções que vão da forma (como se narra a si) ao conteúdo (por quais suportes), articulada aos fazeres de uma sociedade midiatizada, das quais já citamos.

A autora, preocupada com as escritas de si contemporâneas e com o imbróglio conceitual atravessado a autoficção (neologismo do qual abordaremos sequencialmente) nos mostra que este tipo de narrativa (lembremos, inscrita em termos teóricos na literatura) não nasce dispersa de seu tempo, do *clima da época* - para a autora, ao mesmo tempo que essas escritas nos informam sobre um narcisismo midiático e uma proliferação das exposições de si, também dizem respeito a uma crítica do sujeito, a partir da impossibilidade de exprimir uma *verdade* em si mesma.

As paradoxalidades aqui são muitas e confluem orientadas por um discurso autobiográfico que implicaria-nos a pensar em um sujeito individualista-coletivo; crítico-bajulador; ético-dissimulado. Talvez o exemplo de Carlos Emanuel seja bastante simbólico, afinal: a decisão de expor-se, relatar a si, narrar sua trajetória (e aqui não estamos citando *apenas* sua destransição, mas principalmente) mostra-nos que Klinger estava trilhando caminhos profícuos. Carlos Emanuel, nestes termos, seria um autor.



FIG 2: Carlos Emanuel aparece em seus perfis depois da cirurgia de retirada de silicone.

Para a autora argentina: “a noção de verdade ligada à escrita autobiográfica se associa assim com um estrato profundo, inatingível senão através da mediação do ficcional” (Klinger, 2007, p. 42) - não interessa-nos supor se são ficcionais ou reais os conteúdos expostos por Carlos em seu processo e escolha em retornar a sua identidade de gênero biológico (com todas as implicações que o uso dessa palavra pode trazer) senão considerar que haveriam dimensões ficcionais em todo tipo de exposição de si; em ambientes mediados digitalmente - ou não. Quando uma autobiografia torna-se legível pela chave a qual Barthes profere em *Roland Barthes por Roland Barthes* (1975), notamos que ler-se como um personagem de romance ou como um personagem inscrito em um livro baseado em “fatos reais”, não seriam dois lados da mesma moeda, senão os mesmos lados de uma moeda idêntica. (Klinger, 2007)

Ao considerar enquanto autobiográfica aquela narrativa em que o autor é também personagem e narrador da história a ser contada, em termos como os que Lejeune (1975; 2014) nos apresenta enquanto um *pacto*, podemos inferir, também, que em uma autobiografia estão definidas certas regras. Considerada essa regra, a partir de um entendimento de obra *autodiegética* não parece haver surpresas: o que Carlos Emanuel pratica em seu perfil, tem teores indissociavelmente autobiográficos; embora, em termos práticos, quem tenha começado a narração seja Catty Lares e não Carlos: dois narradores, dois personagens, dois autores distintos - mais próximos portanto de um pacto oximórico (Jaccard, 1993) fundado na contradição, em uma narrativa intersticial que não pode ser considerada nem ficcional, tampouco estabelecida na veracidade (Fiuza; Giordani, 2019)

No entanto, consideramos: longe de fixar sentidos e determinar formas de leitura ao reler e relatar sua própria obra alguns anos depois, Lejeune nos indica que o espectador<sup>13</sup>, na apreciação da obra é quem decide como e de que forma vai interpretá-la - em articulações parecidas com as que Barthes instaura quando credita a morte do autor (mais uma paradoxalidade).

Importando o texto e a forma como a receptividade comunicativa acontece, cabe ao leitor e apenas a ele, nas suas construções subjetivas, desvelar sobre se acha que aquilo é de fato uma autobiografia e que aquilo possui indícios de *real*. Quando escreve, Lejeune nos conta que autobiografia: “não é quando alguém diz a verdade sobre sua vida, mas quando diz

<sup>13</sup> Aqui utilizamos o termo espectador como substituto possível do que a autoria entende enquanto leitor

que diz” (Lejeune, 1998. p. 234) a centralidade do pacto não tira a importância dos intentos de quem narra, mas evidencia a produzir um deslocamento para um *espaço* autobiográfico que nas palavras de Arfuch (2005) bastante situada contextual e historicamente diz-nos importar mais as expectativas (no processo de recepção).

Quando na expectativa, fincada nas tiranias da visibilidade, necessita-se uma busca pelo real: “a preeminência do vivencial se articula com a obsessão da certificação” (Arfuch, 2005, p. 61), bem como já sabemos: isso é baseado em fatos reais? Isso aconteceu, mesmo? Essa é uma história de vida? Daí a importância - nos parece urgente - de transpor esses debates também para o espaço midiático-comunicacional - em especial o que acontece nas plataformas - invólucro a uma tensão contínua e inescapável sobre autenticidade (ou não).

No desejo por categorizar as narrativas que estão impregnadas neste limiar (em especial após a década de 1970) onde torna-se difícil caracterizar com algum tipo de segurança um terreno de familiaridade com o real ou desvelamento pelo ficcional (o que só nos comprova que não são novos esses investimentos) autores e autoras começaram a tensionar as nomenclaturas como autobiografia e romance autobiográfico. Doubrovsky utilizou o neologismo *autoficção* para dar conta do que considerava uma lacuna conceitual, mesmo afirmando também que não havia, em termos práticos, distinções entre autobiografia e romance.

No entanto, ao que parece o autor estaria preocupado em retirar do autor (mais uma vez ele) essa carga de sugerir um *pacto* - que lembramos, só aconteceria caso e se o leitor quisesse - além disso Doubrovsky também é enfático ao esclarecer que só seriam merecedores de se autobiografarem nomes importantes da história; nestes casos, a vida chama mais atenção que o texto (outra vez o autor), fator que se inverte em dimensões autoficcionais. (Doubrovksy, 1975; Faedrich, 2015) onde o texto transita livremente, em imponência.

Nosso potencial problema aqui - além de investigar em suportes que não os literários e transpor para a cultura midiatisada (e platformizada) distintas conceituações caras a seus respectivos saberes - é incorrer em creditar a autoficcionalidade toda e qualquer proposição do narrar a si (e o envolvimento natural com as abordagens criativas da subjetividade, da invenção) perdendo de vista algum tipo de baliza conceitual mínima; a partir disso, conclui-nos Faedrich de forma com a qual concordamos: “firmar que *autoficção* é o exercício

literário em que o autor se transforma em personagem do seu romance, misturando realidade e ficção, é apenas um passo; condição necessária, mas não suficiente” (Faedrich, 2015, p. 49).

Dito isso a autora continua uma tentativa de elencar algumas hipóteses que tentam tornam mais nítidos os nós da autoficção, sendo eles (com consideráveis modificações) a 1) *ambiguidade*, que já notamos estar presente na narrativa de si investigada aqui; afinal, nas perambulações pelo perfil de Carlos notamos que se as publicações mais novas permitem-nos entendê-lo e lê-lo como um menino; as mais antigas tornam sua legibilidade mais confusa e borrrada, comprometendo uma leitura a priorística de sua identidade de gênero - em especial para quem não toma conhecimento de sua narrativa.

Além disso, a autora considera também o 2) *rebuscamento no trato literário*, o que podemos transpor para experiências plataformizadas como a facilidade em saber se narrar aproveitando as potencialidades da materialidade em questão - Carlos Emanuel parece saber e se apropriar muito bem das funcionalidades e *affordances* das plataformas, gerando uma dimensão especulativa sobre seus vídeos bastante própria de fazeres, saberes e táticas das/dos influenciadores, e produtores de conteúdo, produzidas a partir da percepção dos próprios sujeitos sobre as práticas percebidas e notadas nas plataformas (Araújo; Karhawi, 2023), gerando engajamento (considerando seu uso para além de aspectos conceituais e sim sob empréstimos do senso comum) e alcance.

A autora também considera que a autoficção depreende uma 3) *abordagem de aspectos polêmicos da vida*, o que por si só se explica nos usos e apropriações realizados por Carlos Emanuel e, por último, 4) a *escrita terapêutica*: esta última, fincada a ideia de que a narração de si pode ter correlação com uma demanda contemporânea de reconhecer um sujeito em seu processo de desnudamento, onde as escritas de si tenham relação com processos traumáticos ou dolorosos. (Azevedo, 2014), o que também parece-nos bastante explícito na narração de si que Carlos faz em seus perfis; afinal, são inúmeros no perfil de Carlos os vídeos chorando e se lamentando, por exemplo. Discursos sobre merecimento, sofrimento, abdicação também aparecem significativamente como em um vídeo<sup>14</sup> do dia 15 de janeiro de 2024, onde o produtor afirma ter sido “*batizado com o Espírito Santo*” e relata

<sup>14</sup> Vídeo pode ser acessado na íntegra em:  
[https://www.tiktok.com/@manuellsete/video/7324450874720324870?\\_t=ZM-8sEzIcn6Ycf&\\_r=1](https://www.tiktok.com/@manuellsete/video/7324450874720324870?_t=ZM-8sEzIcn6Ycf&_r=1) acesso em 24 de dez 2024

que “*precisa testemunhar a presença do Senhor*” a qual considera inexplicável e não ser digno.

Ao considerar que os conceitos sobre o que convencionamos aqui entender enquanto autobiografia e/ou autoficção estão alocados em suportes materiais distintos e apregoados em construções de conhecimento e saber que não os da comunicação digital, algoritmizada e plataformizada - sob lógicas mercadológicas e empreendedoras, com interesses escusos - devemos registrar aqui que pensamos e estabelecemos estes espaços a partir de uma *outra racionalidade*, interconectados a experiências de e na cultura digital, em especial a partir de um processo de midiatização profunda (Hepp, 2019).

Por isso, também sugerimos que há aí o nascimento (ou transformação e emersão) de uma nova forma de narrativa de si que por distinta, se envolve, sim, com a emergência da visibilidade midiática (como os escritos sobre os imbróglios conceituais autobiográficos já demonstraram), mas que se atrela também a uma *vontade de verdade* que se contrapõe e contradiz a todo momento com uma modelagem e uma roteirização romanesca da vida (Doubrovsky, 2014) como a observada nos perfis de Carlos Emanuel.

Se podem ou não ser lidas como autoficcionais as narrativas de Carlos? Não nos interessa sugerir com afínco que sim; convém-nos, no entanto, demarcar que há indícios e que eles estão comportados indissociavelmente pela materialidade de onde são produzidos.



FIG 3: Carlos Emanuel é batizado

#### **4. Considerações finais: por um investimento nas narrativas autobiográficas a partir de um olhar comunicacional**

Ao considerarmos que existem coisas que estão em nossas memórias mais recônditas e das quais precisamos de um certo esforço para nos lembrar, também valemo-nos da ideia de que outras, por sua vez, são impossíveis de se esquecer. Quando nos dispomos a contar uma história sobre nós mesmos, narrar nossa vida, isso parece ficar mais evidente: nossa experiência biográfica é marcada por *fatos* mais ou menos importantes, acontecimentos significativos, marcos simbólicos. Não podemos, no entanto, fugir de um entendimento de que as lembranças são expressões "de como os fatos foram imaginados [...] construímos uma sequência de histórias para amarrar os fatos como uma hipótese persuasiva que desvele o significado de nossa história" (Roth, 2016, p. 14).

Isso nos ajuda a pensar que a memória, sempre falível, está recriando, reimaginando e mesmo supondo de forma distinta, ao passo que torna-se impossível lembrar de algo de forma idêntica; constatação esta que não nos exclui de atestar a urgência pelo real, verdadeiro e autêntico na cultura contemporânea. A mesma cultura que nos exige contar a própria vida, *vivendo* - em um fluxo de consciência distinto do tradicional *vivido-escrito*, próprio de iniciativas literárias autobiográficas (Doubrovsky, 2014).

No entanto, aceitemos: seja na valorização dos gêneros que nos remeteriam ao que é *baseado em fatos reais*, a pouca disposição com o encantamento em detrimento da racionalidade ou no financiamento efusivo (e necessário) de pesquisas dispostas a combater a desinformação e as *fake news*, por exemplo, parece-nos sugestivo afirmar que estamos caminhando para um tempo-espacó em que a ficção, antes de imaginativa e fabular, soa-nos amedrontadora.

Para González, ao investigar processos produtivos de literatura ficcional, sendo os fatos *incontestáveis* e o texto ficcional especulativo, há exigências distintas para o receptor na fruição destas obras. A ficção precisa de um tipo de investimento que o fato prescinde, trabalho que pode ser árduo, intersubjetivo. (González, 2024). Isso nos ajuda a entender porque as perguntas sobre se uma história é ou não real parecem ter mais importância que a história em si, ao passo que não parece haver preocupação em perceber que narrativas ficcionais ou realistas apresentam construções e técnicas bastante aproximadas, mesmo para aqueles leitores mais dispostos e atentos.

Chegamos aqui com duas considerações óbvias: a religião está invariavelmente atravessada nos tensionamentos e nas narrativas de si de Carlos Emanuel. Tais narrativas fazem parte de uma emergência - um agrupamento característico de construções com tematizações distintas - mas que seguem uma lógica similar e que envolvem uma economia da atenção. Há pessoas narrando a si de formas diversas, com diferentes intuitos; mas narrando a si.

Neste trabalho, no entanto, estivemos dispostos a pincelar com cuidado o entrelaçamento conceitual *autobiografia* e *estudos de gênero e sexualidade* - e não porque outras investigações já não fizeram isso, mas porque os investimentos aqui se situam em contextos que não os da literatura, dos estudos da linguagem e da história, por exemplo. Reconhecer que a transposição pode ser perigosa não pode ser um impedimento para que ela aconteça, em especial, porque isso evidentemente nos tornaria representantes de uma ciência e construção epistemológica despreocupada com o que está teorizado aqui: as narrativas de si de corpos dissidentes e das perspectivas não hegemônicas de existência - que também regressam, ao mesmo tempo, para o *locus* oposto a este caminho: a religião instrumental, a heteronormatividade, os binarismos de gênero, as violências discursivas.

Longe de qualificar as narrativas aqui investigadas enquanto autênticas ou não (com o evidente risco de empobrecê-las) cabe-nos notar que suas especificidades precisam ser reiteradas: entendendo-as enquanto autobiográficas, mas inferindo que há mais, em especial em se tratando de articular também a categoria de *autoficção* para o que aqui se apresenta. A primeira constatação é a saída do pacto para o *espaço* autobiográfico, conflagrado pelo tempo-espaço, constituído pelo sujeito contemporâneo, avesso a invisibilidade, com gana de narrar, escrever e contar a si próprio. Isso também já está resolvido.

O espaço autobiográfico desvela-se, ainda, em ligação com algumas regras do pacto Lejeuniano em confluência entre narrador, autor e personagem. Nas narrativas autobiográficas de Carlos Emanuel (e supomos em outras análises empíricas de sujeitos que decidiram expor sua destransição) há uma desordem: a tríade se transmuta durante as construções narrativas, desvelando em um sujeito em construção, (re)construção, (des)construção - não sabemos como caracterizá-lo - e, por paradoxal que seja, este mesmo sujeito se sustenta nos ideários de essencialismo identitário, (ao menos discursivamente) ainda que nos apresente a possibilidade prática de um ruptura possível, uma abertura às identidades fluidas, a autorreflexividade fulcral.

Afinal, ainda que Carlos Emanuel se apresente e se refira a si como um homem que destransicionou, é justamente ao expor seu processo, que temos indícios para refletir que o pacto autobiográfico se rompa - porque ele informa de alguém que não existe mais *a partir de algum momento*. Se a nova ficção para Rancière, focado em grandes autores do pensamento moderno, se apropria das capacidades inéditas das *vidas anônimas* para forjar um poder impessoal, ela também é a responsável por forjar: “a lógica consensual que mantém as vidas anônimas em seu devido lugar, um poder de dissolução das identidades, das situações e dos encadeamento consensuais que reproduzem” (Rancière, 2020, p. 77)

Focalizados nos estudos *queer*, e na disposição dos estudos da linguagem, da história e da ficção para investir nestes embates, visualizamos a importância de produzir sobre um tema tão contemporâneo quanto o que envolve a exposição de processos de destransição, sempre em trânsito. Um cenário contemporâneo que pede passagem para ser analisado a partir das contribuições agregadoras entre as experiências midiáticas, os processos comunicativos e os efeitos de/da cultura.

### Referências:

- ARAUJO, Willian Fernandes.; KARHAWI, Issaaf. “Todo mundo pode ser famoso com o algoritmo do TikTok”: imaginários e saberes sobre eficiência algorítmica e potência viral. In: **Anais do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** - Intercom, Belo Horizonte. PUC Minas, 2023.
- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.
- AZEVEDO, L. Entrevista. In: FAEDRICH, Anna. Autoficções: do conceito teórico à prática na literatura brasileira contemporânea. 2014. 251 f. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. p. 233-23
- BACHELARD, Gastón. **A formação do espírito científico**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 5.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- BARTHES, Roland, A Aventura Semiológica, São Paulo, Martins Fontes, 2001.  
\_\_\_\_\_. O neutro. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BRITO, C. F.; JURACY FILGUEIRAS TONELI, M. ;; MANUEL DE OLIVEIRA, J. “Destrauição de gênero” como trânsito e errância: abertura para novas corporalidades. **Revista Periódicus**, [S. I.], v. 1, n. 17, p. 232–256, 2022. DOI: 10.9771/peri.v1i17.45627. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/45627>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- DOUBROVSKY, Serge. “O último eu”. In: Jovita Maria Gerheim Noronha (org.). Ensaios sobre autoficção. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 111-125.
- ERIBON, Didier. Retorno a Reims. Belo Horizonte, Editora Áyiné, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade: O governo de si e dos outros II**. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 150 – 200.
- GONZÁLEZ, Betina. A obrigação de ser genial. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024.
- HALL, Stuart.: **A Identidade cultural na pós-modernidade**. tradução 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- JACCOMARD, H. Lecteur et lecture dans l'autobiographie française contemporaine:

Violette Leduc, Françoise d'Eaubonne, Serge Doubrovsky, Marguerite Yourcenar. Genève: Droz, 1993.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1988.

KARHAWI, I. De blogueira a influenciadora: etapas de profissionalização da blogosfera de moda brasileira. Porto Alegre: Sulina, 2020.

KLINGER, Diana. Escrita de si, escrita do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

LEITÃO, Deborah; GOMES, Laura Graziela. **Etnografia em ambientes digitais**: perambulações, acompanhamentos e imersões. Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia, v. 1, n. 42, 11 maio 2018.

LEJEUNE, P. O pacto autobiográfico. Belo Horizonte: **Editora UFMG**, 2014

PRECIADO, B. (2002). Manifiesto contra-sexual. Madrid: Opera Prima.

RANCIÈRE, Jacques. **As margens da ficção**. Tradução de Fernando Scheibe. São Paulo: Editora 34, 2021.

\_\_\_\_\_. RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo: Editora 34, 2009

RODRÍGUEZ, E. P.: Espetáculo do dividual: tecnologias do eu e vigilância distribuída nas redes sociais. In: **Tecnologias da Vigilância: perspectivas da margem**. Org. BRUNO, F. São Paulo, Boitempo, 2018

ROTH, Philip. Os fatos: a autobiografia de um romancista. São Paulo: Companhia das Letras, 2016

SIBILIA, Paula.: **O show do eu**: A intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016

SUSSEKIND, Pedro. Teoria filosófica do gênio. **Cadernos de Estética Aplicada**, Niterói, n. 7, jul-dez. 2009